PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas

Alvará (extrato) n.º 13/2018

Por Alvará de 29 de maio de 2018

Ordem Militar de Avis

Grã-Cruz

Tenente-general Manuel Mateus Costa da Silva Couto

Por Alvará de 26 de maio de 2018

Ordem do Mérito

Membro-Honorário

Lisboa Ginásio Clube

Por Alvará de 16 de maio de 2018

Ordem Militar de Sant'Iago da Espada

Grã-Cruz

Professor Doutor José Mariano Gago

Por Alvará de 30 de abril de 2018

Ordem Militar de Avis

Grã-Cruz

Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro

Por Alvará de 28 de abril de 2018

Ordem do Infante D. Henrique

Membro-Honorário

Província Portuguesa da Ordem dos Franciscanos

Por Alvará de 12 de fevereiro de 2018

Ordem Militar de Sant'Iago da Espada

Grã-Cruz

Major-General Henrique António do Nascimento Garcia

Por Alvará de 30 de março de 2017

Ordem da Liberdade

Grande-Ofical

Dr. Bernardino Carmo Gomes

Por Alvará de 10 de julho de 2016

Ordem do Mérito

Comendador

Cristiano Ronaldo dos Santos Aveiro

7 de junho de 2018. — O Secretário-Geral das Ordens, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

311426446

PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Aviso n.º 8709/2018

Abertura de procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho para a categoria de assessor parlamentar do mapa de pessoal da Assembleia da República na área da Biblioteca (PCC/01/2018).

1 — Nos termos dos artigos 12.º, 13.º, 19.º, 20.º, 24.º e 31.º a 38.º do Estatuto dos Funcionários Parlamentares (EFP), aprovado pela Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, do artigo 32.º da Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), na sua atual redação, e da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, subsidiariamente aplicada, faz-se público que, por despacho do Secretário-Geral da Assembleia da República de 11 de dezembro de 2017, precedido de parecer favorável do Conselho de Administração de 6 de dezembro de 2017, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* procedimento concursal comum, com vista ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho para a categoria de assessor parlamentar do mapa de pessoal da Assembleia da República.

2 — O concurso visa o provimento do referido posto de trabalho e a constituição de uma reserva de recrutamento, válida pelo prazo de 18 meses contado da data da homologação da lista de ordenação final.

3 — Podem ser opositores ao presente concurso trabalhadores com ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do EFP.

4 — Nos termos do disposto no artigo 36.º do EFP, uma quota de 25 % dos postos de trabalho colocados a concurso é destinada a funcionários parlamentares aprovados no correspondente procedimento e que nele obtenham classificação final igual ou superior a 14 (catorze) valores.

5 — Atendendo ao disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência. De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 3.º deste diploma e havendo apenas um posto de trabalho a preencher "o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal".

6 — De acordo com as necessidades de serviço, os postos de trabalho a prover integram-se na área funcional da Biblioteca, sendo o respetivo conteúdo o que consta do anexo I do EFP, para a categoria de assessor parlamentar. Dentro destas, destacam-se, designadamente: indexação e